

SANDRA RODRIGUES SOUZA DOS SANTOS

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO-DVA - ESTUDO DE CASO DE UMA
EMPRESA FAMILIAR DE GRANDE PORTE**

Projeto apresentado à disciplina de Metodologia Científica da Especialização em Contabilidade e Finanças, da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: PROF^a.DR^a. Márcia Bortolucci Espejo

**CURITIBA
2008**

RESUMO:

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA permite que as empresas prestem contas dos seus atos perante a sociedade, seus sócios e demais colaboradores, além de ser de extrema importância para a classe empresarial num mercado cada vez mais globalizado. DVA é de grande importância para as empresas demonstrarem sua responsabilidade perante a sociedade, e com a mudança da Lei 11.638,2008 que passou a exigir que todas as empresas de capital aberto e de grande porte divulguem a D.V.A. Por isso, o objetivo deste trabalho foi o de elaborar e analisar o Demonstrativo do Valor Adicionado em uma empresa de S.A de grande porte, verificando desta forma a geração de riqueza e a forma com que a mesma é distribuída pela sociedade e funcionários. Constatou-se que a maior parte de sua riqueza destina-se aos financiadores e, em seguida, para seus próprios funcionários e, em terceiro lugar, para capitalizar seu capital próprio. Já a fonte de riqueza, quase 80%, foi de geração própria. Pode-se também constatar de forma visível na DVA e através dos cálculos dos diversos índices que a empresa muito contribui para com a sociedade em que está estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE: Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado,

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA.....	1
1.3 OBJETIVOS.....	2
1.4 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	2
2 LITERATURA PERTINENTE.....	3
2.1. BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
2.1.1 ATIVO.....	4
2.1.2 PASSIVO.....	6
2.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
2.2.1 DEMOSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.....	9
2.2.2 DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO.....	10
2.3 BALANÇO SOCIAL.....	11
2.4 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	14
2.4.1 OBJETIVO DA DVA.....	15
2.4.2 USUÁRIOS DA D.V.A.....	17
2.4.3 DVA EM OUTROS PAISES.....	18
2.4.4 MODELO DA DEMOSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAL – DVA.....	19
2.5 ANÁLISE FINANCEIRA.....	21
2.5.1 REESTRUTURAÇÃO DO BALANÇO.....	22
2.5.2 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL.....	23
2.5.3 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES.....	23
2.5.4 ANÁLISE FINANCEIRA.....	24
2.5.5 ANÁLISE ESTRUTURAL.....	25
2.5.6 ANÁLISE ECONÔMICA.....	25
2.5.7 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO.....	25
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	27
3.4 PLANO DE TRATAMENTO DE DADOS.....	28
3.5 LIMITAÇÕES DO PROJETO.....	29
4 EMPRESA.....	30
4.1 ORGANOGRAMA DA EMPRESA.....	30
4.2 ANÁLISE DAS DEMOSTRAÇÕES FIANCEIRAS PESA.....	32
4.2.1 ANÁLISE VERTICAL.....	33
4.2.2 ANÁLISE HORIZONTAL.....	34
4.2.3 ANÁLISE DA DRE.....	36
4.3 ANÁLISE DE ÍNDICES.....	39

4.3.1 ANÁLISE FINANCEIRA.....	39
4.3.2 ANÁLISE ESTRUTURAL.....	40
4.3.3 ANÁLISE ECONÔMICA	41
4.3.4 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO.....	42
4.4 DEMOSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
ANEXO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA - permite que as empresas prestem contas dos seus atos perante a sociedade, seus sócios e para os *stakeholders*, além de ser de extrema importância para a classe empresarial num mercado cada vez mais globalizado. Como as informações geradas pela DVA são indispensáveis para que a empresa demonstre sua responsabilidade perante a sociedade, passou a ser obrigatório a partir do exercício do ano de 2008, com a alteração da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei 6.385(CVM), de 7 de dezembro de 1976, e estende não somente às empresas de capital aberto, mas também às de grande porte.

E este trabalho visa implantar em uma empresa familiar esta ferramenta, onde será feito, em primeiro momento, um estudo da literatura pertinente das práticas e leis contábeis e um breve histórico das demonstrações da empresa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O mundo vem passando por transformações tanto políticas, econômicas quanto sociais e as empresas são afetadas diretamente com isso, pois a competitividade está se acirrando cada vez mais e é preciso acompanhar essa evolução mudando antigos padrões, formando um novo ambiente empresarial onde não prevaleçam apenas os interesses dos acionistas, mas de todos os seus *stakeholders*.

Por este motivo e por diversos outros fatores, o Brasil altera e revoga alguns dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385 (CVM), de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, para se aderir ao padrão internacional, que exige a uniformidade das demonstrações contábeis.

Com esta alteração, surge, então, a pergunta que deu origem a este trabalho: Como elaborar a D.V. A, de acordo com as novas exigências da Lei

1.2 JUSTIFICATIVA

As constantes mudanças exigem novas estratégias e ferramentas que propiciem condições para que as empresas se mantenham competitivas em todos os

sentidos: qualidade de seus produtos e/ou serviços, relação custo benefício, responsabilidade social e ambiental, dentre outros.

No entanto, o Balanço Social é um instrumento que, atualmente, é considerado o mais adequado para as empresas demonstrarem publicamente o seu compromisso como empresa-cidadã.

Outra ferramenta que vem auxiliar o Balanço Social é a DVA, ou seja, a Demonstração do Valor Adicionado, um demonstrativo que busca evidenciar a geração de riquezas da empresa e como essa riqueza será distribuída entre seus empregados, financiadores, acionistas e governo. Apresenta-se como uma forma de a empresa prestar contas à sociedade, pois enquanto o DRE busca apenas demonstrar o lucro da empresa a seus proprietários, a DVA vai mais além, demonstra as fontes de geração de suas riquezas e quem está sendo beneficiado com as mesmas. Essa ferramenta não está apenas direcionada aos proprietários da empresa, mas à sociedade em geral, pois evidencia a real contribuição da entidade aos diversos fatores econômicos da sociedade.

E, sobretudo isso, passa a ser uma exigência da lei, a partir do ano de 2008. Daí a relevância de uma pesquisa sobre este tema.

1.3 OBJETIVOS

Objetivo deste trabalho será implantar o Demonstrativo do Valor Adicionado de uma empresa familiar de grande porte, verificando-se, assim, a sua capacidade de geração de riquezas e a forma com que a mesma as distribui na sociedade, ou seja, poder constatar os percentuais que foram destinados ao governo, aos seus funcionários e, em terceiro lugar, o retorno dos investimentos.

Sendo assim, para a realização deste estudo serão realizadas as seguintes etapas:

1.4 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Estudar as demonstrações contábeis existentes;
- Verificar a Leis das S/A em relação às exigências e a lei 11638;
- Elaborar a DVA.

2 LITERATURA PERTINENTE

A revisão bibliográfica se constitui de uma abordagem sobre os métodos contábeis e como utilizá-lo, pois servirão de base para o Projeto em estudo.

2.1 BALANÇOS PATRIMONIAIS

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil que visa expor o Ativo, Passivo e o Patrimônio Líquido. Segundo Fipecafi (2005, p. 29), “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática.” Matarazzo (1998) diz que o patrimônio líquido da empresa é a diferença entre o Ativo e o Passivo e representa o capital investido pelos proprietários da empresa. Estes recursos podem ser trazidos de fora da empresa, ou mesmo gerados por ela em suas operações e retidos internamente. Portanto, o Ativo é um grupo de contas que demonstra o que a empresa tem de concreto, enquanto que os bens e direitos da empresa são comprovados por documentos que podem ser vistos e tocados, com algumas exceções, como as despesas antecipadas e diferidas, que representam investimentos que vão trazer benefícios em exercícios seguintes.

Portanto, o Balanço Patrimonial é um demonstrativo que traz apenas os fatos registrados, conforme princípios contábeis e apresentam os fatos quantificáveis em dinheiro.

Quanto à classificação das contas no balanço, Fipecafi (2005 p.29) baseia-se no artigo 178, da Lei nº 6.404, designando que “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que são registradas e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”. Assim sendo, o balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo compreende os bens e direitos, o Passivo, as exigibilidades e obrigações e o Patrimônio Líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, isto é, o valor líquido da empresa.

Sendo assim, é de suma importância que as contas sejam classificadas no balanço, de forma ordenada e uniforme para permitir aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira. Segundo Fipecafi

(2005), para atender a esse objetivo, o artigo 178 e 179 da Lei nº 6.404, estabeleceu como deve ser à disposição das contas no Balanço Patrimonial.

Figura 1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo Total	Passivo Total Patrimônio Líquido

Fonte Fipecafi(2003,26)

2.1.1 Ativo

Segundo Fipecafi (2005), no Ativo, a classificação deve ser em ordem decrescente de grau de liquidez. Apresentam-se primeiras as contas que mais rapidamente podem ser colocadas à disposição da empresa, iniciando-se com o disponível que é caixa e bancos, depois contas a receber, estoques seguindo assim uma ordem decrescente de liquidez.

Figura 2 – Ativo

R\$ Mil		
Código da Conta	Descrição da Conta	Ano
1	Ativo Total	XX
1.01	Circulante	XX
1.02	Realizável a Longo Prazo	XX
1.02.01	Créditos Diversos	XX
1.03	Permanente	XX
1.03.01	Investimentos	XX
1.03.02	Imobilizado	XX
1.03.02.01	Maquinas e Equipamentos	XX
1.03.03	Diferido	XX
1.03.03.01	Diferido	XX

Fonte:(FIPECAFI 2005,26)

Segundo IBRACON NPC Nº1 –I ATIVO Circulante é representado por :

- a) Saldos de caixa e banco, disponíveis para as operações correntes;
- b) Título negociável com o prazo de resgate em até um ano;
- c) Aplicações temporárias em ações negociáveis um ano;
- d) Aplicação em ouro;
- e) Contas a receber de clientes e outros que espera realizar dentro de um ano;
- f) Estoques, que é representado por mercadoria e produtos fabricados pela empresa;

- g) Adiantamento por conta da compra de ativo circulante;
- h) Outros bens e direitos que se espera sejam transformados ou vendidos no ano;
- i) Valores a receber de sócios, que não seja considerado como subscrição de ações ou cotas e;
- j) Despesas pagas antecipadas.

O ativo realizado a longo prazo são os créditos, estoques, despesas antecipadas e outros valores e bens, cujos prazos esperados de realização seja após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial (FIPECAFI, 2005):

- a) Bancos-contas vinculadas, depósitos a longo prazo;
- b) Contas a Receber, recebíveis após o exercício à data do Balanço;
- c) Títulos a receber, inclui notas promissórias, letras ou outros títulos a receber longo prazo;
- d) Crédito de acionistas, diretores, coligadas e controladas - transações não operacionais, quando os créditos de acionistas e diretores forem significativos.
- e) Adiantamento de terceiros, é a entrega de dinheiro através de contas correntes que salda através de encontro de contas;
- f) Provisão para devedores duvidosos (conta Credora), tem uma conta similar no ativo circulante mais deve também registrar uma a longo prazo;
- g) Impostos a recuperar, também existe uma conta similar no ativo circulante, mais no longo prazo classifica-se os crédito cujo recebimento seja superior a doze meses;
- h) Depósitos restituíveis e valores vinculados abrangem depósitos e cauções contratuais, legais ou judiciais, que tenha prazo superior a uma não da data do balanço;
- i) Provisões para perdas, deve ser constituída em casos específicos, pois o ativo devem ser registrado por seu custo de aquisição, excluídos os já prescritos e feitas às provisões adequadas, (FIPECAFI, 2005).

No Ativo Permanente segundo (MARION, 1999) é composto pelos bens e direitos não destinados a transformação direta em meio de pagamento e cuja perspectiva de permanência da entidade ultrapasse um exercício. E é constituído pelo seguinte subgrupos:

- a) Investimentos, nestes refere a ações em outras companhias ou compras de terrenos para expansão;
- b) Imobilizado, bens adquirido para atividades da empresa, prédios, veículos moveis e utensílios;
- c) Diferido, são os gastos pré-operacionais.

Segundo MARION (2008) destaca sobre o ativo intangível:

Algumas tentativas de definir ou explicar Capital Intelectual têm sido alvo de diversos pensadores. A princípio se falava muito em capacidade intelectual humana. Com o tempo adicionou-se à inteligência, ao conhecimento existente dentro da empresa, outras variáveis, tais como: marcas, patentes, "designs", liderança tecnológica, clientes, lealdade de clientes, tecnologia de informação, treinamento de funcionários, indicadores de qualidade, relacionamento com fornecedores, desenvolvimento de novos produtos. Se a própria definição de Capital Intelectual ainda não está consolidada, quanto mais a sua mensuração no campo objetivo da contabilidade. A ênfase dos relatórios contábeis têm sido o passado, a avaliação objetiva; a idéia de Capital Intelectual é futuro, ou seja, fatores dinâmicos ocultos que afetam o destino da organização, nem sempre possíveis de serem avaliados. (MARION, 2008, p02)

No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

2.1.2 Passivo

Segundo Fipecafi (2005) o Passivo, as contas devem observar a ordem decrescente de prioridades de pagamento das exigibilidades, sendo que as contas que primeiro devem aparecer são aquelas cuja exigibilidade ocorra antes.

Destaca-se que a evidenciação do Balanço Patrimonial é padrão para todas as empresas, cada qual adaptada a sua entidade.

Figura 3 – Passivo

R\$ Mil

Código da Conta	Descrição da Conta	Ano
2	Passivo Total	XX
2.01.01	Fornecedores	XX
2.02.01	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	XX
2.05.01	Capital Social	XX
2.05.02	Reservas de Capital	XX
2.05.02.02	De Reavaliação	XX
2.05.02.03	De Lucro	XX
2.05.03	Lucros/Prejuízos Acumulados	XX

Fonte: FIPECAFI 2005

Segundo Iudícumo e Marion, (1999) o passivo circulante é representado por obrigações conhecidas e os encargos estimados, em cujos prazos estabelecem ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente a data do balanço patrimonial.

- a) Fornecedores, representa todos os pagamentos de terceiros a curto prazo;
- b) Salário a pagar, representa pagamentos aos colaboradores dentro do mês;
- c) Impostos a pagar todos os impostos municipais estaduais e federais;
- d) Encargos a pagar, juros e encargos vencíveis dentro do mês;
- e) Empréstimos a pagar, todos os empréstimos a curto prazo ;
- f) Contas a pagar, as demais contas, água, luz e telefone e materiais para escritórios e etc.

Exigível Longo Prazo são as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial, (FIPECAFI, 2005).

- a) Financiamentos

2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os dispositivos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385 (CVM), de sete de dezembro de 1976, obriga as sociedades de grande porte e sociedades de capital aberto a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras como segue o art. abaixo:

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404/76 sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, e a obrigatoriedade de auditoria independente, por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários, bem como os incisos 2º e 3º do art. 289 daquela lei. Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiverem, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. Art. 10-A - A Comissão de Valores Mobiliários, e o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas (CVM, 2008, p.02)

Em relação às demonstrações financeiras obrigatórias para as empresas de capital aberto e de grande porte, a Lei nº. 6.404, estabelece quatro instrumentos: “o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado” (CVM, 2008, p05) Onde vale destacar que “DOAR foi substituída pela DFC e entrando também a D.V.A , estas duas mudanças já vem para auxiliar nas interpretação dos dados contábeis”, (CVM, 2008, p03).

Muitas empresas, embora não seja obrigatório, vêm elaborando o Balanço Social que traz mais informações e, juntamente, com os demais demonstrativos vem atendendo à demanda de informações de seus usuários (TINOCO, 2001)

Resumidamente, cada demonstração expõe para seus usuários as seguintes informações: além do Balanço Patrimonial, já mencionado anteriormente; o Demonstrativo de Resultado do Exercício, que demonstra os aumentos e reduções ocorridas no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa e apresenta quanto foi o Lucro da entidade; a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, que apresenta as variações de todas as contas do Patrimônio Líquido entre dois balanços, a Demonstração do Fluxo de Caixa mostra as informações sobre os pagamentos e recebimentos e o Balanço Social, cujo papel é demonstrar os dados sociais das empresas, fornecendo informações que permitam ao usuário externo avaliar a profundidade e a qualidade de sua atuação social (MATARAZZO, 1995).

2.2.1 Demonstração de Fluxo de Caixa

Segundo FIPECAFI (2005, 351) o objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma companhia, ocorridos durante um determinado período.

A DFC, quando analisada junto com outras demonstrações financeiras permite ao usuário as seguintes informações:

- 1) A capacidade da empresa em gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- 2) A capacidade que a empresa possui em honrar seus compromissos perante o sócios e financiadores;
- 3) A liquidez e a flexibilidade financeira da empresa;
- 4) A taxa de convenção de lucro em caixa;
- 5) A desempenho operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para o mesmo fato;
- 6) O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa.
- 7) Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa (FIPECAF,2000, 351)

Matarazzo (1995) menciona que a DFC é uma das demonstrações financeiras mais úteis. Ainda ressalta o uso imprescindível da DFC, pelo fato de que, quase sempre, os problema de insolvência ou liquidez ocorrem por falta de uma adequada administração de fluxo de caixa “muitas empresas vão à falência por não administrar seu fluxo de caixa” (MATARAZZO, 1995, p.370).

Segundo Ludícumo e Marion (1999, p.218) a DFC “demonstra a origem e aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período”, considerando que o caixa engloba as contas Caixa e Banco, mostrando então as entradas e saídas de valores monetários.

Conforme podemos observar o modelo do fluxo de caixa na figura abaixo:

Figura 4 – Fluxo de caixa

Método Direto	Método Indireto
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Fluxo de caixa das atividades operacionais
Recebimentos de clientes xx	Resultado Líquido xx
Dividendos recebidos xx	(±) Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa xx
Juros recebidos xx	(+) Depreciação e amortização xx
Recebimentos por reembolso de seguros xx	(+) Provisão para devedores duvidosos xx
Recebimentos de lucros de subsidiárias xx	(±) Resultado na venda do imobilizado xx
Pagamentos a fornecedores (xx)	(±) Aumento ou diminuição de contas a receber xx
Pagamentos de salários e encargos (xx)	(±) Aumento ou diminuição de estoques xx
Imposto de renda pago (xx)	(±) Aumento ou diminuição de despesas antecipadas xx
Juros pagos (xx)	(±) Aumento ou diminuição de passivos xx
Outros recebimentos ou pagamentos líquidos xx	(±) Aumento ou diminuição de outros ajustes xx
Caixa Líquido das Atividades Operacionais xx	(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais xx
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Alienação de imobilizado xx	Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Alienação de investimentos xx	(+) Alienação de imobilizado xx
Aquisição de imobilizado (xx)	(+) Alienação de investimentos xx
Aquisição de investimentos (xx)	(-) Aquisição de imobilizado xx
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos xx	(-) Aquisição de investimentos xx
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos xx
Integralização de capital xx	
Juros recebidos de empréstimos xx	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos
Empréstimos tomados xx	(+) Integralização de capital xx
Aumento do capital social xx	(+) Juros recebidos de empréstimos xx
Pagamento de leasing (principal) (xx)	(+) Empréstimos tomados xx
Pagamentos de lucros e dividendos (xx)	(+) Aumento do capital social xx
Juros pagos por empréstimos (xx)	(-) Pagamento de leasing (principal) xx
Pagamentos de empréstimos/debêntures (xx)	(-) Pagamentos de lucros e dividendos xx
Caixa Líquido das atividades de financiamentos xx	(-) Juros pagos por empréstimos xx
Aumento ou redução de Caixa Líquido xx	(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures xx
Saldo de Caixa - Inicial xx	(=) Caixa Líquido das atividades de financiamentos xx
Saldo de Caixa - Final xx	(=) Aumento ou redução de Caixa Líquido xx

FONTE CRCSP (1997, p.114)

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício é o resumo das operações da empresa e que destaca o resultado líquido do período.(FIPECAF, p. 290).

Já na lei temos a seguinte definição (Lei 6404/76 art. 184) a D.R.E tem como objetivo principal apresentar a forma vertical resumida o resultado apurado de determinado período, no exercício.

De acordo com a Lei mencionada a Demonstração do Resultado discrimina:

A receita bruta de vendas e serviços, as deduções da vendas, os abatimentos e os impostos. A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços e o lucro bruto. As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais. O lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais. O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto. As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados. O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. (Lei 6404/76 art. 184)

Figura 5- Demonstração Resultado do Exercício

Código da Conta	Descrição da Conta	ANO
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	
3.02	Deduções da Receita Bruta	
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	
3.05	Resultado Bruto	
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	
3.06.01	Com Vendas	
3.06.02	Gerais e Administrativas	
3.06.02.01	Despesas Administrativas	
3.06.02.02	Honorários da Administração	
3.06.03	Financeiras	
3.06.03.01	Receitas Financeiras	
3.06.03.02	Despesas Financeiras	
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	
3.07	Resultado Operacional	
3.08	Resultado Não Operacional	
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	
3.11	IR Diferido	

Fonte: FIPECAFI

2.3 BALANÇO SOCIAL

Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das empresas. Tem como principal objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e o retorno econômico e social em benefício da sociedade. É considerado um instrumento que fornece dados aos usuários de informação contábil referente às políticas internas, quanto à geração e distribuição de sua riqueza, à qualidade de

vida nas organizações, à promoção humana de seus funcionários e à postura das empresas em relação ao meio ambiente e à própria comunidade FIPECAFI (2000).

Como se pode perceber, o Balanço Social é uma demonstração forte de Marketing, mas não serve só para isso, é também considerado um instrumento de apoio aos proprietários nas tomadas de decisões. O Brasil não possui um modelo oficial de Balanço Social, pelo fato de sua elaboração e publicação ainda não ser obrigatória em nível federal, mas já existem projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional, bem como na Câmara de Deputados. Porém, em alguns Estados e Municípios já existe legislação que torna obrigatória sua publicação, mas ainda gera muita polêmica, pois muitos autores discordam dessa obrigatoriedade alegando a necessidade de conscientização das empresas de sua responsabilidade perante a sociedade. Apesar de não ser obrigatória a sua publicação, várias empresas divulgam seu balanço social, a maioria seguindo o modelo criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais-Econômicas – IBASE (KROETZ, 2000).

Figura 6- Balanço social

1 - Base de Cálculo		2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		0			0		
Resultado operacional (RO)		0			0		
Folha de pagamento bruta (FPB)		0			0		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		0					
Encargos sociais compulsórios		0					
Previdência privada		0					
Saúde		0					
Segurança e saúde no trabalho		0					
Educação		0					
Cultura		0					
Capacitação e desenvolvimento profissional		0					
Creches ou auxílio-creche		0					
Participação nos lucros ou resultados		0					
Outros		0					
Total - Indicadores sociais internos		0					
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação							
Cultura							
Saúde e saneamento							
Esporte							
Combate à fome e segurança alimentar							
Outros							
Total das contribuições para a sociedade							
Tributos (excluídos encargos sociais)							
Total - Indicadores sociais externos							
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa							
Investimentos em programas e/ou projetos externos							
Total dos investimentos em meio ambiente							
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2007			2006		
Nº de empregados(as) ao final do período							
Nº de admissões durante o período							
Nº de empregados(as) terceirizados(as)							
Nº de estagiários(as)							
Nº de empregados(as) acima de 45 anos							
Nº de mulheres que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por mulheres							
Nº de negros(as) que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)							
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais							
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		0			0		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2007:			Em 2006:		
		___ % governo	___ % colaboradores(as)		___ % governo	___ % colaboradores(as)	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		___ % acionistas	___ % terceiros	___ % retido	___ % acionistas	___ % terceiros	___ % retido
7 - Outras Informações							

Fonte-IBASE

2.4 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

O termo valor Adicionado dentro da visão macroeconômica, "...o valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo" (SANTOS, 2003,P27)

A D.V.A representa o ganho esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Estes "esforços", é fruto, dos empregados que fornecem a mão-de-obra, e os investidores que fornecem o capital, os fornecedores que emprestam os recursos e o governo que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura sócio-econômica e os serviços de apoio (DE LUCA, 1998).

E podendo assim considera a DVA como um instrumento contábil que visa à identificação da riqueza gerada pela empresa, a maneira que a entidade agrega valor à economia do país. Este demonstrativo surgiu tendo em vista que a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro, logo, não identifica as demais gerações de riqueza, assim como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire, Santos (2005).

As demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados (NEVES e VICECONTI, 2002).

A Demonstração do Valor Adicionado fornece uma visão mais abrangente sobre a real competência de uma empresa produzir riqueza e sobre a forma como distribui essa riqueza entre os diversos fatores da produção. Por tanto, é um instrumento que auxiliar o Balanço Social, já que a companhias estará mostrando à sociedade o quanto contribui para a geração de riqueza no país e como as parcelas agregadas são distribuídas pelos diversos agentes econômicos que a ajudaram a efetivar a produção (NEVES e VICECONTI, 2002).

Segundo o mesmo autor, a DVA representa a riqueza que a entidade gera em certo período de tempo. Com isso, pode-se afirmar que a soma das importâncias agregadas representa a soma das riquezas criadas. A DVA é um demonstrativo não só direcionado aos proprietários das empresas, como é o caso da Demonstração de Resultado do Exercício, mas um instrumento que abre um leque para a sociedade,

pelo fato de sua função ser de divulgação e identificação do valor da riqueza gerada pela entidade e de que forma a mesma foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta geração de riqueza, que são os trabalhadores, proprietários, governo e terceiros.

O Demonstrativo de Resultado do Exercício é mais conhecido e obrigatório pela Lei nº. 6.404/76, e tem como principal objetivo avaliar quanto foi o lucro ou prejuízo que a empresa obteve. É um Instrumento Contábil de grande importância, mas direcionado aos donos das empresas, ficando um demonstrativo vazio para a comunidade. A necessidade de instrumentos Contábeis mais transparentes, juntamente, com a relação intersocial existente com a globalização de mercado exige conhecimentos adicionais, que podem ser identificados na DVA. Não se desprezando o lucro, é claro, pelo fato de ser uma característica fundamental da continuidade das empresas (FIPECAFI, 2005).

2.4.1 Objetivo da DVA

O objetivo da DVA de acordo com Neves e Viceconti (2002), toda e qualquer empresa que estiver em produção está gerando riqueza, isto representa a diferença entre o valor da venda e o valor pago a terceiros a título de insumos para a obtenção dos produtos, mercadorias ou serviços. No entanto, ao analisar a DVA, pode-se constatar que, no início, o valor pago a terceiros diminui em relação à aquisição de mercadorias, serviços e matérias para consumo administrativo.

Também, pode-se verificar que a transferência da riqueza aparece na parte inferior da DVA, demonstrando, assim, sua efetiva distribuição na forma de pagamento de impostos ou até mesmo do capital de terceiros. Portanto, a DVA fornece uma visão bem ampla sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza e como distribui a mesma (NEVES e VICECONTI, 2002).

A Importância da Demonstração do Valor Adicionado, atualmente, vem sendo exigida por alguns países onde empresas internacionais desejam se instalar. Dessa forma, o país que irá sediar a empresa poderá conhecer o retorno que ela lhe dará por meio da previsão do valor adicionado que gerará. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, mas sim, o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição. O DVA possibilita visualizar, de forma clara, as

partes da riqueza que pertence aos sócios, aos terceiros que financiam a entidade, aos funcionários e ao governo (NEVES e VICECONTI, 2002).

Já no caso da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a parte que cabe aos terceiros (capitalistas, empregados, governo) é considerada como despesas/custos, do ponto de vista dos proprietários, pois aparece como redução do lucro, conseqüentemente, como redução da parcela que cabe a cada proprietário.

Ao se analisar as duas demonstrações, conclui-se que ambas têm enfoques diferentes e objetivam fornecer informações sob diferentes pontos de vistas, embora sejam complementares e imprescindíveis. Por isso, a elaboração e divulgação das duas demonstrações DRE e DVA atendem, de forma eficaz, à necessidade que os usuários possuem de informações adicionais às atuais demonstrações contábeis obrigatórias (NEVES e VICECONTI, 2002).

Alguns estados e municípios dão incentivos fiscais para que as empresas se instalem em sua região, mas, no momento de analisar o projeto de viabilidade da empresa, um dos fatores que, muitas vezes, se leva em consideração são a geração de riqueza e sua distribuição.

Assim, esse fator pode ser decisivo na concessão de incentivo fiscal, pois a geração de riqueza e sua distribuição são de suma importância para o município ou estado, pois gera valor agregado, o que propicia o crescimento econômico regional (SANTOS, 2005)

Portanto, a DVA está sendo considerada um grande diferencial para a empresa, pois, enquanto a DRE apenas demonstra qual foi o lucro, ela mostra toda a riqueza gerada pela empresa e de que maneira a mesma será distribuída. Usuário da Demonstração do Valor Adicionado ressalta-se que a DVA favorece ao público que se interessa pelo desenvolvimento da entidade informações de cunho social e isto permite aumentar o número de usuários. (SANTOS, 2005)

Destaca-se que, quanto maior for a transparência das informações repassadas ao público, melhor para as entidades pelo fato de as mesmas gerarem um aumento da confiabilidade junto aos seus usuários assegurando, assim, a sobrevivência da empresa. Quanto mais motivado estiver no ambiente de trabalho, melhor para a entidade, pois são eles os beneficiários diretos e os responsáveis pela continuidade da empresa. (SANTOS, 2005)

2.4.2 Usuários da D.V.A.

Segundo (SANTOS, 2005), é de grande importância para estes usuários que tenham conhecimentos para compreenderem a importância dos investimentos sociais;

- os acionistas - principais usuários da DVA. São eles os proprietários das empresas, os formadores do capital próprio da empresa e eles podem, portanto, fazer uma análise, por meio desse demonstrativo, para a elaboração de futuros projetos ou, até mesmo, diminuí-los em prol da continuidade da empresa;
- administradores - como são eles que estão no comando da entidade, a DVA serve para auxiliá-los no planejamento estratégico e nas tomadas de decisões. Eles são os segundos interessados a querer estar a par do resultado da geração de riqueza da empresa, devido as suas remunerações, é claro;
- comunidade - como é na comunidade que se reflete o desenvolvimento da economia, ela é considerada a beneficiária direta das ações sociais da empresa, e pode influenciar com sua opinião em favor ou não da entidade. É por meio da DVA que a sociedade pode identificar as ações sociais que a empresa está realizando em favor da comunidade e também a própria geração de riqueza;
- o governo - como é o responsável por promover as condições para o desenvolvimento das atividades da empresa, é o único que pode exigir a elaboração e até mesmo a publicação deste demonstrativo, pois é ele que identifica as atividades realizadas em prol da sociedade. Para o governo, a elaboração da DVA pode ajudar a fazer estudos comparativos quanto à tributação, se por setores ou, até mesmo, por atividades. Dessa forma, poderá mostrar a realidade das categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, pois, por meio deste demonstrativo o governo pode apresentar o crescimento econômico da região e até mesmo do país;
- os financiadores - primeiramente, pode-se destacar que as empresas financiadoras de crédito estão cada vez mais levando em consideração as ações sociais, econômicas e ambientais para concessão de crédito para o funcionamento da empresa. Assim, percebe-se que acaba fechando um ciclo e que para um bom andamento dos negócios da empresa é viável a elaboração e publicação da DVA;

- consumidores - cabe ao mercado consumidor a continuidade da empresa no meio social por meio da satisfação do cliente, de produtos de qualidade e do preço do produto, que é um item de suma importância.

E é por intermédio da Demonstração do Valor Adicionado que a comunidade pode identificar o que esta empresa está fazendo em prol da sociedade (SANTOS, 2005).

2.4.3 DVA em outros Países

Tinoco (2001, p. 126) comenta a composição do Balanço social e da DVA em outros países

Estados Unidos: As empresas americanas, em geral, demonstram poucas informações sociais, mas, dentre elas, destaca-se o valor adicionado. A maioria das publicações é voltada para os interesses sócios. Grã-Bretanha: É manifestado interesses em reunir a informação econômica com a social em relatórios para os investidores e assalariados, figurando elementos financeiros (contas de valor adicionado) e elementos estritamente sociais. Entretanto, não há obrigatoriedade de divulgação. Espanha: Várias empresas divulgam o Balanço Social, entretanto não há obrigatório. França: A D.V.A é obrigatória desde 1983, destacando-se o valor adicionado da empresa e o global e dos que se relacionam com ela (TINOCO, 2001, P126).

No Brasil o Balanço Social ainda não é exigido como em outros países porem já existem estudos e planejamentos para implantação da obrigatoriedade de sua a apresentação.

2.4.4 Demonstração do valor adicional – DVA

Figura 7- Modelo DVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	DESCRIÇÃO R\$ Mil
1 - RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 - RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	

FONTE: FIPECAFI (2005, p. 453)

A seguir uma síntese explicativa dos dados apresentados na demonstração da Figura 7 – DVA,

1 - RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.3)

1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços

Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde à receita bruta ou faturamento bruto.

- 1.2 - Provisão para Crédito de liquidação duvidosa – Reversão/Constituição

- Inclui os valores relativos à constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos.
- 1.3 - Não operacionais
- Inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1 - Matérias-primas consumidas (incluídas no custo do produto vendido).

2.2 - Custos das mercadorias e serviços vendidos (não inclui gastos com pessoal próprio).

2.3 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros).

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4 - Perda/Recuperação de valores ativos

Inclui valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos, etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre itens 1 e 2).

4 - RETENÇÕES

4.1 - Depreciação, amortização e exaustão

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre itens 3 e 4)

6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2)

6.1 - Resultado de equivalência patrimonial (inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo). O resultado de equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa deverá ser informada entre parênteses.

6.2 - Receitas financeiras (inclui todas as receitas financeiras independentemente de sua origem).

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (soma dos itens 5 e 6)

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (soma dos itens 8.1 a 8.5)

8.1 - Pessoal e encargos

Nesse item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não inclui encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2 - Impostos, taxas e contribuições

Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social e todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos neste item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 - *Insumos adquiridos de terceiros*.

8.3 - Juros e aluguéis

Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com *leasing*) pagos ou creditados a terceiros.

8.4 - Juros sobre o capital próprio e dividendos

Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item "lucros retidos".

8.5 - Lucros retidos/prejuízo do exercício

Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

2.5 ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira é o método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação. Ela estuda a situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa. O objetivo é fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.

Alguns aspectos podem não estar evidenciados pelas análises entre as quais temos:

- a) Capacidade ociosa de máquinas e equipamentos: fato que numa simples análise de demonstrativos, pode ficar encoberto;
- b) Análise de tendências: comparação entre os resultados obtidos nas análises de diversos períodos visando obter a tendência do resultado em epígrafe;
- c) Comparações: 1) com outras empresas do mesmo ramo e porte; 2) com índices-padrão estabelecidos pela média dos índices das empresas do mesmo ramo ou porte.

2.5.1 Reestruturação do Balanço

A reclassificação ou padronização das demonstrações contábeis tem com objetivo trazê-las a um padrão de procedimento e de ordenamento na distribuição das contas, visando diminuir as diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação de tais demonstrações contábeis. Outro objetivo é fazer com que as demonstrações atendam às necessidades de análise e sejam apresentadas de forma homogênea, simples de visualizar e fáceis de entender, isto é, de correlacionar os diversos itens, seguindo critérios próprios adotados internamente na empresa que esteja procedendo à análise, (SILVA, 2006).

A verdadeira análise começa na reclassificação das demonstrações contábeis. É necessário que o analista responsável por essa tarefa conheça bem o que representa cada uma das contas e que tenha domínio do mecanismo contábil utilizado pelas empresas, sabendo como aqueles valores surgiram, o que eles representam, e como serão liquidados. Precisa saber interpretar a nomenclatura utilizada pelas empresas convertendo-a para planilhas internas. É fundamental que o analista tenha condições de avaliar a relevância de cada item, à medida que tal item possa apresentar dificuldade. Valores importantes devem ser esclarecidos e pequenos valores muitas vezes não justificam perda de tempo (SILVA, 2006, p. 195-196)

Mesmo havendo uma estrutura legal para apresentação do balanço patrimonial, se observarmos várias demonstrações financeiras de diferentes empresas, notaremos que cada uma delas pode apresentar certas particularidades e contas que sejam inerentes a sua atividade. Daí a necessidade da definição de uma planilha própria que possibilite a obtenção das informações necessárias à tomada de

decisão e que seja de fácil visualização e interpretação dos dados das várias empresas em análise, (SILVA, 2006).

2.5.2 Análises Vertical e Horizontal

A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais, dando-nos assim idéia precisa de distribuição dos valores no conjunto patrimonial. (SILVA, 2006).

Alguns autores dão a este procedimento a denominação de análise vertical. É importante saber a porcentagem de cada grupo com relação ao total do patrimônio, pois, através dessa análise, podemos identificar se há excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou disponibilidades etc.

As porcentagens de cada grupo patrimonial variam, naturalmente, de acordo com o ramo de atividade da empresa; as indústrias imobilizam maiores somas de capitais que as empresas mercantis; os bancos movimentam mais capitais de terceiros que capitais próprios e têm maiores disponibilidades que valores imobilizados e mais realizáveis que disponíveis. Não se pode estabelecer porcentagens-padrão que atendam a todos os tipos de empresas. (FRANCO, 1989, p. 131)

Para NEVES e VICECONTI (2005, p. 459-462), “a análise de estrutura ou vertical permite medir percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte, e fazer as comparações caso existam dois ou mais períodos”, enquanto a análise de evolução ou horizontal permite “avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, numa determinada série histórica de exercícios” (ibid)

2.5.3 Análise através de Índices

A análise de empresas por meio dos índices financeiros é certamente a mais conhecida, chegando mesmo a ser confundida com a chamada “análise de balanço”.

Segundo SILVA (2006, p. 248), “os índices financeiros são relações entre as contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, que têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações Contábeis”.

É necessário que os índices financeiros sejam calculados após a padronização (reclassificação) das demonstrações contábeis procedida pelo

analista. Ainda como medida relativa de grandeza, o índice fornece a idéia quantitativa das relações estabelecidas, sem, entretanto, nos fornecer os elementos qualitativos contidos nas mesmas.

A questão da quantidade de índices a serem utilizados na análise de uma empresa é um ponto importante. Uma grande quantidade de índices pode chegar a confundir o usuário, especialmente o iniciante. Por outro lado, uma quantidade muito pequena de índices pode não ser suficiente para tirarmos conclusões acerca da saúde financeira de uma empresa. A tendência é de que o analista mais experiente saiba quais os pontos que tendem a indicar maior vulnerabilidade da empresa.

A quantidade e o tipo de índices utilizados vão dependerem muito do objeto da própria análise que pretendemos desenvolver.

O objetivo principal de uma análise é subsidiar a tomada de decisão de crédito ou de investimento, entre outras. Desse modo, a análise deve levar a uma classificação do risco da empresa. A ponderação dos índices pode ser: (i) pela comparação dos índices da empresa como padrões de seu segmento, de sua região geográfica e de seu porte; (ii) pelo uso de análise discriminante múltipla; (iii) por meio da experiência do analista, ou (iv) de outros recursos quantitativos. (SILVA, 2006, p. 250)

Ainda que tenha havido a contribuição fornecida pelos índices financeiros, é importante destacar que os mesmos normalmente referem-se ao passado, quando para o analista o mais importante é saber o presente e ter uma expectativa do futuro. Ainda assim, os índices financeiros são ferramentas que podem e vão prestar grande auxílio aos analistas, credores e investidores, entre outros usuários.

2.5.4 Análise Financeira

É determinada em função da relação existente entre dois elementos, indicando quantas vezes um contém o outro ou a proporção de um em relação ao outro.

A liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem. Corresponde à solvência da posição financeira geral da empresa – a facilidade com que pode pagar suas contas. Como uma liquidez baixa ou declinante é um precursor comum de dificuldades financeiras e falência, esses índices são vistos como bons indicadores de problemas de fluxo de caixa. As duas medidas básicas de liquidez são: o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez seca (GITMAN, 2005, p. 46).

2.5.5 Análise Estrutural

O endividamento indica o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Por isso existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de que não consiga satisfazer às obrigações com terceiros. O grau de endividamento mede, portanto, a proporção dos ativos totais financiada por terceiros (credores da empresa).

O índice de endividamento de uma empresa indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros. Em geral, o analista financeiro preocupa-se mais com as atividades de longo prazo porque elas comprometem a empresa com uma série de pagamentos por muitos anos. Como é necessário saldar as obrigações com os credores antes de distribuir lucros aos acionistas, os acionistas atuais e futuros prestam muita atenção na capacidade de pagamento de dívidas da empresa. Os fornecedores de recursos financeiros se interessam pelo endividamento da empresa, e os administradores, obviamente, também devem se preocupar com ele. (GITMAN, 2005, p. 49)

2.5.6 Análise Econômica

Tem por objetivo avaliar o rendimento obtido pela empresa em determinado período. Estes índices podem ser medidos em relação às vendas, ativos, patrimônio líquido e ao valor da ação.

Existem inúmeras medições da rentabilidade. Como grupo, essas medições permitem ao analista avaliar os lucros da empresa em relação a certo nível de vendas, a certo nível de ativos ou ao volume de capital investido pelos proprietários. Sem lucros, uma empresa não poderia atrair capital externo. Os proprietários, credores e administradores preocupam-se muito com o aumento do lucro, pois isso é visto como algo muito importante no mercado. (GITMAN, 2005, p. 52)

2.5.7 Análise do Capital de Giro

O capital de giro resulta da diferença entre o passivo não circulante (PNC) e o ativo não circulante (ANC), portanto, obtém-se para o CCL, a seguinte equação:
$$\text{CCL} = \text{PNC} - \text{ANC}.$$

Segundo SILVA (2006, p. 400), “a expressão capital de giro pode ter vários significados e, mesmo sendo utilizada por profissionais atuantes na área financeira, poderá, em cada momento, assumir um significado diferente”.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Devido à necessidade do tema, é necessário estabelecer um padrão para a pesquisa para se chegar ao objetivo determinado e no prazo programado, (Martins 2000:37) destaca:

A importância de determinar o âmbito de pesquisa e estabelecer os contornos de estudos decorrentes do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno. A seleção dos aspectos mais relevantes e a determinação do 'recorte' é, pois, crucial para atingirmos os propósitos do estudo e chegarmos a uma compreensão mais completa sobre a situação estudada.

Para esta pesquisa, a empresa selecionada foi uma S/A de grande porte a escolha desta se explica devido às informações serem mais acessíveis.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Será feito um estudo da bibliografia da área e um breve levantamento do histórico da empresa e elaboração da DVA. O projeto exploratório em relação aos procedimentos técnicos utilizados, e bibliográficos, quanto aos meios, pois envolve em sua coleta de dados, análise e processamento de resultados, a utilização de bases os dados referenciais (ou bibliográficos) como principais fontes de informações.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

É a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos. Segundo Martins é uma tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exigem do pesquisador, paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior.

Também é importante o perfeito entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas com as científicas, obedecendo aos prazos estipulados, aos orçamentos previstos, ao preparo do pessoal. "Quanto mais planejamento for feito previamente, menos desperdício de tempo haverá no trabalho de campo propriamente dito, facilitando a etapa seguinte". (MARCONI 1999, p. 34).

O rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos. "As técnicas de pesquisa são: coleta documental, observação, entrevista, questionário, formulário, medidas de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, sociometria, análise de conteúdo e história de vida". (MARCONI, 1999, p.35).

Para a obtenção de dados podem ser utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos. A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, "o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações." (MARTINS, 2000, p. 46).

Antes de iniciar a pesquisa de campo, deve-se fazer uma análise minuciosa de todas as fontes documentais (livros, internet, notícias, etc.), que sirvam de suporte à investigação projetada. A investigação preliminar e estudos exploratórios devem ser realizadas através de dois aspectos: documentos e contatos diretos. (MARTINS, 2000, p. 07).

A neste projeto foi utilizado à pesquisa bibliográfica para aprender as normas contábeis e a Lei. Este método foi utilizado para que pudesse obter informações sobre o desenvolvimento do projeto.

3.4 PLANO DE TRATAMENTO DE DADOS

Conforme Marconi (1999 p.37), após a coleta dos dados, os mesmos são elaborados e classificados de forma sistemática. Estes dados devem seguir os seguintes passos:

- a) Seleção é o exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submeter-se a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas que podem prejudicar o resultado da pesquisa.
- b) Codificação é a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados.
- c) Tabulação é à disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles.

O plano de tratamento de dados possibilita a equipe filtrar e redigir os dados essenciais para a realização do projeto da implantação DVA, que foram executados através de alguns softwares como: Excel, Word e internet-explorer, fornecendo informações relevantes à pesquisa e ao estudo da viabilidade do projeto.

A pesquisa é uma parte do processo técnico de análise estatística que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente. Dessa forma, poderão ser mais bem compreendidos e interpretados mais rapidamente.

3.5 LIMITAÇÕES DO PROJETO

As limitações que cabem ao projeto são as leis contábeis.

As sociedades S.A e de grande Porte deverão ser definidos seguindo parâmetros legais, que obrigam a elaboração da DVA .

4 EMPRESA

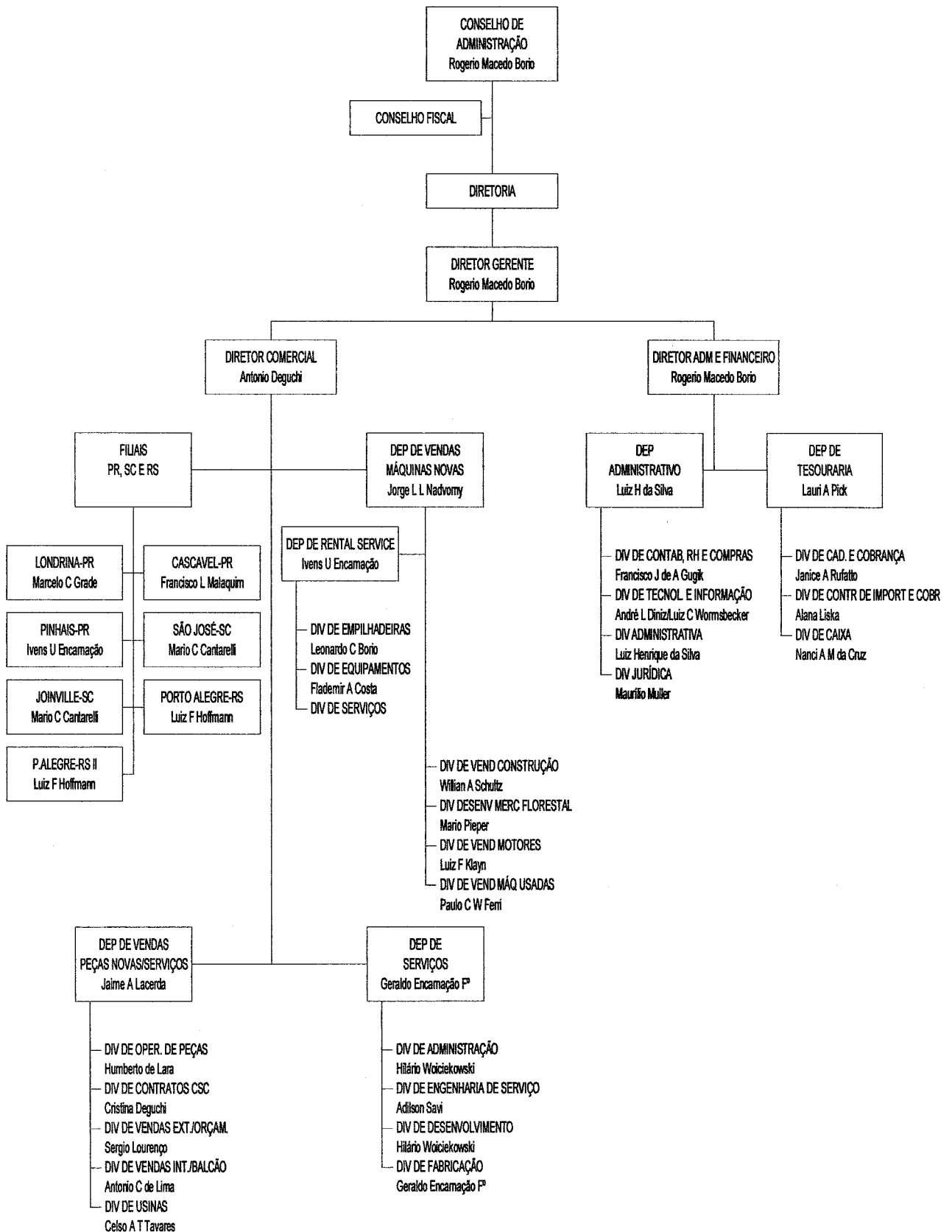
Ao longo dos seus mais de 60 anos de história, a PESA tornou-se uma das marcas mais conhecidas da Região Sul. As origens da empresa remontam ao ano de 1925, quando uma família gaúcha de Rio Pardo / Cachoeira do Sul migrou para Curitiba e, junto com uma família de imigrantes italianos, fundaram a Sociedade Meridional de Materiais e Equipamentos Ltda. no ano de 1946. Em 1952 a empresa tornou-se representante Caterpillar para o estado do Paraná e no ano seguinte passou a se chamar Paraná Equipamentos, iniciando sua trajetória de expansão que continua até hoje. Em 1955 a empresa fundou sua primeira filial, em Londrina. Em 1963 instalou-se também em Cascavel.

Em 1993, tornou-se representante Caterpillar para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inaugurando filiais em São José, na região metropolitana de Florianópolis, e em Porto Alegre, simbolizando assim o retorno à origem gaúcha dos fundadores. Ao longo de seis décadas, a PESA construiu uma marca sólida, reconhecida pela qualidade dos seus serviços e pela excelência técnica dos seus profissionais. Uma marca carregada de tradição, que se faz presente no dia a dia de todo o mercado. Mas, ao mesmo tempo, a PESAS.A. passou a ser conhecida também por outro nome, mais curto e de fácil identificação, que esteve sempre presente como uma espécie de apelido carinhoso: o nome PESA. Para marcar mais uma etapa da sua história, a empresa passa a adotar oficialmente o nome PESA, consolidando uma marca que já é amplamente conhecida de todo o mercado.

Atualmente a empresa possui entre matriz e filiais 883 (oitocentos e oitenta e três) funcionários, tendo dose filiais e seu faturamento gira em torno de 55. 388 milhões mensal é considerada empresa familiar abaixo segue o fluxograma da empresa PESA.

4.1 ORGANOGRAMA DA EMPRESA

Organograma PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.



4.2 ANÁLISE DAS DEMOSTRAÇÕES FIANCEIRAS PESA

Segundo Neves e Viceconti (2002, p. 437), a análise consiste no “método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação”, ou seja, é uma forma de estudar as demonstrações de maneira que se possam interpretar os dados apresentados, procurando decompor os demonstrativos para que se tenham informações mais analíticas.

O principal objetivo de uma análise é extrair informações do demonstrativo para, posteriormente, ser utilizada nas tomadas de decisões.

Segundo Matarazzo (1998), os demonstrativos têm capacidade de fornecer uma série de dados sobre a entidade, de conformidade com as regras contábeis. É por intermédio da análise que se transformam os dados em informações que poderão ser mais eficientes no momento da tomada de decisões. A distinção entre dados e informações, segundo Matarazzo (1998, p. 18) é:

- a) **Dados** são números ou descrição de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor.
- b) **Informação** representa, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito-surpresa.

4.2.1 Análise Vertical

Figura 8 – BALANÇO PATRIMONIAL

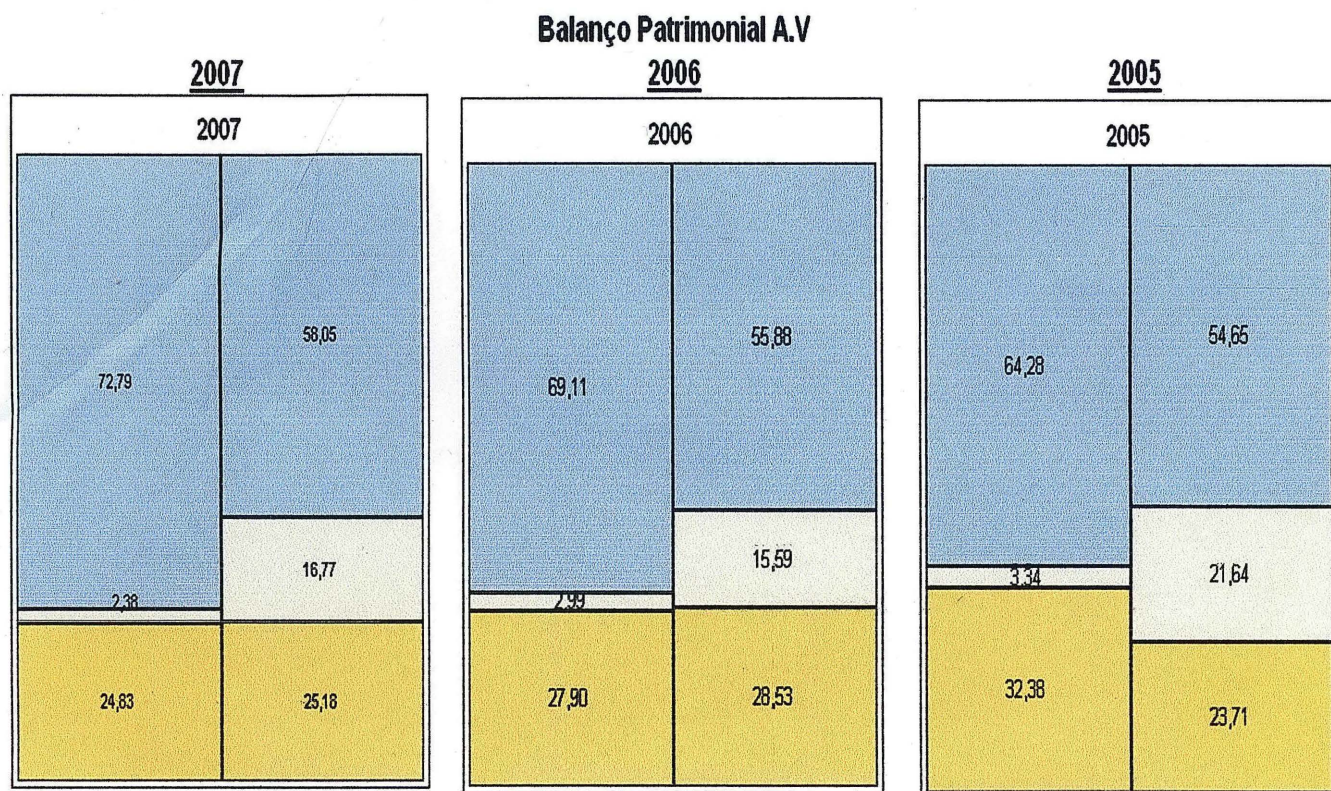
PESA S.A. Balço Patrimonial			
R\$ Mil			
Descrição da Conta	2007	2006	2005
Ativo	216.002,00	166.562,00	170.122,00
Circulante	157.227,00	115.105,00	109.360,00
DISPONIVEL			
Caixa e bancos	221,00	4.007,00	221,00
Contas a receber de clientes (Nota 4)	69.273,00	47.762,00	55.151,00
Estoques (Nota 6)	56.059,00	43.331,00	39.918,00
Bens em locação destinados à venda (Nota 10)	15.792,00	13.229,00	9.801,00
Tributos a compensar (Nota 7)	7.514,00	3.290,00	3.400,00
Adiantamento a fornecedores	7.117,00	3.094,00	869,00
Outros ativos	1.251,00	392,00	
Não circulante	5.145,00	4.985,00	5.684,00
Realizável a longo prazo			
Títulos e contas a receber (Nota 5)	622,00	1.036,00	1.036,00
Partes relacionadas (Nota 8)	48,00	178,00	184,00
Tributos diferidos (Nota 16)	4.011,00	3.307,00	4.014,00
Depósitos judiciais	464,00	464,00	450,00
Permanente	53.630,00	46.472,00	55.078,00
Investimento em controlada (Nota 9)	3.623,00	3.623,00	3.623,00
Imobilizado (Nota 10)	50.007,00	42.849,00	51.455,00
Passivo	216.002,00	166.562,00	170.122,00
Circulante	125.385,00	93.077,00	92.970,00
Fornecedores	56.656,00	58.581,00	51.314,00
Adiantamentos de clientes	3.530,00	3.384,00	2.869,00
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	37.929,00	19.829,00	25.716,00
Salários e encargos sociais	3.963,00	2.669,00	2.805,00
Impostos sobre vendas e outros (Nota 12)	1.940,00	652,00	2.175,00
Partes relacionadas (Nota 8)	3.879,00	4.229,00	2.661,00
Juros sobre o capital próprio	11.314,00	1.913,00	3.090,00
Participação dos administradores e gerentes	3.626,00	1.048,00	
Outros passivos	548,00	772,00	938,00
Não circulante	36.233,00	25.962,00	36.812,00
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	25.071,00	16.092,00	26.427,00
Impostos sobre vendas e outros (Nota 12)	2.692,00	3.400,00	4.815,00
Outros passivos (Nota 13)	8.470,00	6.470,00	5.570,00
Patrimônio líquido (Nota 15)	54.384,00	47.523,00	40.340,00
Capital social	16.905,00	16.905,00	16.905,00
Reservas de lucros	12.943,00	11.847,00	11.375,00
Lucros acumulados	24.536,00	18.771,00	12.060,00

Neste capítulo verificaremos as demonstrações financeiras do período de 2005 a 2007.

Figura 9 – BALANÇO RECLASSIFICADO

Descrição da Conta	2007	A/P%	A+P%	2006	A/P%	A+P%	2005	A/P%	A+P%
Aivo Total	216002	100,00	134,23	160921	100,00	99,83	161197	100,00	100,00
Circulante	157227	72,79	141,38	111207	69,11	107,32	108623	64,28	100,00
Disponível	221	0,10	5,71	3871	2,41	18,49	209	0,13	100,00
Disponibilidades	221	0,10	5,71	3871	2,41	18,49	209	0,13	100,00
Valores Realizáveis a Curto Prazo	0	0,00	0,00	62104	38,59	95,89	64766	40,18	100,00
Cientes	69273	32,07	150,12	46144	28,68	88,30	52238	32,42	100,00
Créditos Diversos	0	0,00	0,00	15960	9,92	127,59	12508	7,76	100,00
Estoques	56089	25,95	133,91	41863	26,01	110,68	37824	23,46	100,00
Outros	31647	14,65	155,95	20294	12,61	152,22	13382	8,27	100,00
Outras a Receber	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	100,00
Realizável a Longo Prazo	5145	2,38	106,83	4816	2,99	89,42	5386	3,34	100,00
Títulos e cortas a receber (Nta 5)	622	0,29	62,14	1.001	0,62	101,96	982	0,61	100,00
Partes relacionadas (Nta 8)	48	0,02	27,91	172	0,11	98,64	174	0,11	100,00
Tributos diferidos (Nta 16)	4011	1,86	125,54	3.195	1,99	84,00	3803	2,36	100,00
Depósitos judiciais	464	0,21	103,51	448	0,28	105,13	426	0,26	100,00
Remanescente	53630	24,83	119,45	44888	27,90	86,03	52189	32,38	100,00
Investimentos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	100,00
Investimento em controlada (Nta 9)	3623	1,68	103,51	3500	2,18	101,96	3483	2,13	100,00
Imobilizad (Nta 10)	50007	23,15	120,80	41.388	25,73	84,91	48.736	30,25	100,00
Outros Investimentos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	100,00
Imobilizad	53630	24,83	129,55	41.388	25,73	84,91	48.736	30,25	100,00
Máquinas e Equipamentos	114518	53,02	92,79	123420	76,70	101,96	121045	75,09	100,00
Depreciação	(60888)	(28,19)	74,23	(82023)	(50,97)	113,46	(72290)	(44,85)	100,00
Passivo Total	216002	100,00	134,23	160921	100,00	99,83	161197	100,00	100,00
Circulante	125385	58,05	139,43	89925	55,88	102,08	88088	54,65	100,00
Fornecedores	58656	27,16	103,64	56597	35,17	116,40	48622	30,16	100,00
Acréscimos de clientes	3530	1,63	107,97	3289	2,03	120,26	2718	1,69	100,00
Empréstimos e financiamentos (Nta)	37929	17,56	197,99	19.157	11,90	78,62	24367	15,12	100,00
Salários e encargos sociais	3963	1,83	153,69	2579	1,60	97,02	2688	1,65	100,00
Impostos sobre vendas e outros (Nta)	1.940	0,90	307,98	630	0,39	30,57	2061	1,28	100,00
Partes relacionadas (Nta 8)	3879	1,80	94,94	4086	2,54	162,04	2521	1,56	100,00
Juros sobre o capital próprio	11.314	5,24	612,16	1.848	1,15	63,12	2928	1,82	100,00
Participação dos administradores e gerentes	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1.328	0,82	100,00
Outros passivos	3626	1,68	388,12	1.013	0,63	0,00	0	0,00	100,00
Outros passivos	548	0,25	73,47	746	0,46	83,92	889	0,55	100,00
Exigível a Longo Prazo	36238	16,77	144,45	25088	15,59	71,91	34881	21,64	100,00
Empréstimos e financiamentos (Nta)	25071	11,61	161,26	15.547	9,66	62,09	25041	15,53	100,00
Impostos sobre vendas e outros (Nta)	2692	1,25	81,95	3285	2,04	72,00	4552	2,83	100,00
Outros passivos (Nta 13)	8470	3,92	135,50	6.251	3,88	118,44	5.278	3,27	100,00
Patrimônio Líquido	54384	25,18	118,45	45913	28,53	120,12	38224	23,71	100,00
Capital Social	16905	7,83	103,51	16.332	10,15	101,96	16018	9,94	100,00
Reservas de Capital	12943	5,99	113,08	11.446	7,11	106,19	10.778	6,69	100,00
De Lucro	12943	5,99	71,37	18.135	11,27	158,70	11.427	7,09	100,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	24536	11,36	135,29	18.135	11,27	158,70	11.427	7,09	100,00

GRAFICO 1- BALANÇO PATRIMONIAL 2005-2006- 2007



Fonte- PESA

Ativo Circulante: No ano de 2005 representa 64,28 % do total do ativo, no ano de 2006 cresceu para 69,11% e no de 2007 aumentou para 72,79% do total do Ativo.

Ativo Realizável a Longo Prazo: No ano 2005 detinha 3,34% de participação do total do Ativo, no ano de 2006 diminui para 2,99% do total do ativo e no ano 2007 baixou para 2,38% do total do ativo.

Ativo Permanente: No ano de 2005 participava com 32,38% do total do ativo, no ano de 2006 diminui para 27,90% do total do ativo e no ano de 2007 houve mais uma redução em sua participação para 24,83% do total do ativo.

Passivo Circulante: No ano de 2005 detinha 54,85 % de participação no total do passivo, no ano de 2006 houve um crescimento para 55,88% do total do passivo no ano de 2007 houve uma aumento de 58,06% do total do passivo.

Passivo Exigível a Longo Prazo: No ano de 2005 participava com 21,647% do total do passivo, no ano de 2006 decresceu para 15,590% e no ano de 2007 cresceu para 16,77 % sua participação no total do Passivo. **Patrimônio Líquido:** No ano de 2005 detinha 23,71% de participação sobre o total do passivo, em 2006 aumentou

para 28,53% do total do passivo, em 2007 reduziu sua participação para 25,18% do total do passivo.

4.2.2 Análise Horizontal

De acordo com a análise horizontal nota-se um aumento da financeiro do ativo circulante à medida que as aplicações financeiras praticamente dobraram de valor referente ao ano base com um acréscimo de 41,38%, ao mesmo tempo em que o permanente, imobilizado, teve um aumento de 29,55% no período analisado. O aumento total do ativo no período foi de 34,23%. Em relação ao passivo é notório o elevado aumento em financiamento a longo prazo .

4.2.3 Análise da Demonstração do Resultado do exercício

Figura 10 – DRE

PESASA

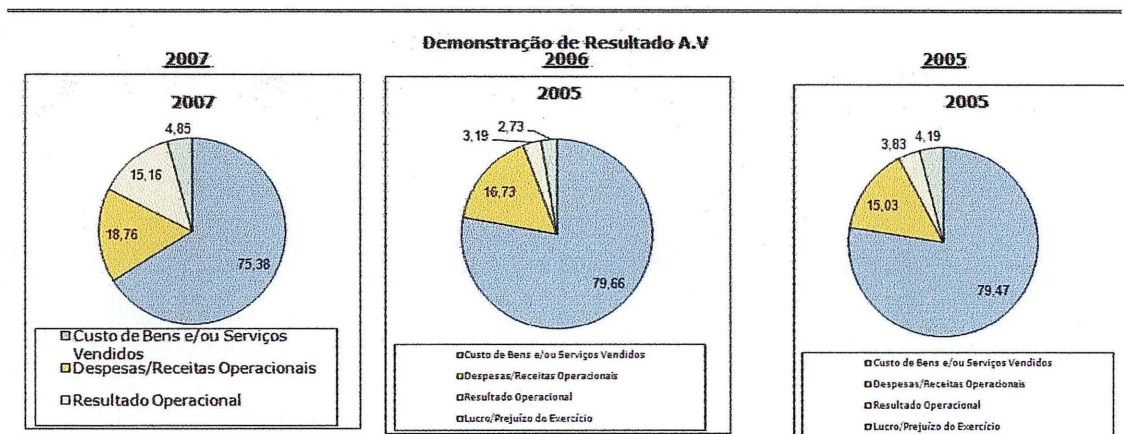
Análise Vertical e Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração Atualizada pelo ICPM

Descrição da Conta	31/12/2007	AV%	A-P%	31/12/2006	AV%	A-P%	31/12/2005	AV%	A-P%
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	516.167	100,00	137,69	375.131	100,00	117,53	319.189	100,00	100,00
Deduções da Receita Bruta	(63.914)	12,38	153,91	(41.528)	11,07	123,66	(33.583)	10,52	100,00
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	452.253	100,00	135,57	333.603	100,00	116,81	285.607	100,00	100,00
Custo de Base e/ou Serviços Vendidos	(340.892)	75,38	128,27	(265.753)	79,66	117,09	(226.972)	79,47	100,00
Resultado Bruto	111.361	24,63	216,15	67.850	20,34	115,72	58.635	20,53	100,00
Despesas/Receitas Operacionais	(84.821)	18,76	152,00	(55.804)	16,73	130,00	(42.925)	15,03	100,00
Com Vendas	(62.919)	13,91	118,31	(53.181)	15,94	118,68	(44.810)	15,69	100,00
Gerais e Administrativas	(22.004)	4,87	185,18	(11.882)	3,56	135,34	(8.715)	3,05	100,00
Despesas Administrativas	(21.822)	4,83	189,35	(11.525)	3,45	137,09	(8.407)	2,94	100,00
Honorários da Administração	(182)	0,04	50,91	(357)	0,11	115,72	(309)	0,11	100,00
Financeiras	(5.717)	1,26	408,94	(1.398)	0,42	45,81	(3.052)	1,07	100,00
Receitas Financeiras	(7.133)	1,58	187,53	(3.804)	1,14	58,38	(6.515)	2,28	100,00
Despesas Financeiras	1.416	0,31	58,85	2.405	0,72	69,46	3.463	1,21	100,00
Outras Receitas Operacionais	102	0,02	9,64	1.058	0,32	0,00	0	0,00	100,00
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.446	2,75	151,75	8.201	2,46	77,37	10.600	3,71	100,00
Resultado Operacional	68.555	15,16	643,88	10.649	3,19	97,23	10.952	3,83	100,00
Resultado Não Operacional	153	0,03	95,40	160	0,05	67,70	237	0,08	100,00
Resultado Antes Tributação/Participações	23.422	5,18	216,69	10.809	3,24	83,83	12.894	4,51	100,00
IRDiferido	704	0,16	(103,07)	(689)	0,20	(165,34)	413	0,14	100,00
Participações/Contribuições Estatutárias	(2.198)	0,49	217,09	(1.013)	0,30	76,22	(1.328)	0,47	100,00
Lucro/Prejuízo do Exercício	21.928	4,85	240,61	9.114	2,73	76,24	11.953	4,19	100,00

Fonte - PESA

GRAFICO 2- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO-2005-2006- 2007



Fonte - PESA

A PESA no ano de 2005 apresentou um Lucro Operacional de 3,83% em relação à Receita Líquida. As deduções representaram 16,58% da Receita Bruta, já o Custo dos Bens e Serviços Vendidos equivalem 79,47% da Receita Líquida, e, as Despesas Operacionais, diminuindo as Receitas Operacionais somam 15 % da Receita Líquida. O Lucro do Período equivale a 4,19% da Receita Líquida, sendo que o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) representam juntos 0,14%.

Em 2006, a empresa demonstrou um Lucro Operacional de 3,19% em relação à Receita Líquida. As deduções reduziram 16,73% a Receita Bruta, o Custo dos Bens e Serviços Vendidos representaram 79,66% da Receita Líquida, já as Receitas Operacionais, deduzindo o valor das Despesas Operacionais equivalem 32,98%. 5,89% são o percentual do Lucro Líquido em relação à Receita Líquida, sendo que o IRPJ e CSLL representam 2,73% da Receita Líquida.

E no ano de 2007, a empresa obteve um Lucro Operacional de 12,38% em relação à Receita Líquida. As deduções reduziram a Receita Bruta em 21,16%, já o Custo dos Bens e Serviços Vendidos diminuíram a Receita Líquida em 58,65%. Subtraindo as Receitas Operacionais das Despesas Operacionais este resultado representa 28,97% da Receita Líquida. O percentual do Lucro Líquido do Período em relação à Receita Líquida é 7,99%, sendo que o IRPJ e CSSL representam 4,33% dessa receita.

Verifica-se que a empresa teve um crescimento em sua Receita de 110,68% no ano de 2006 e uma redução de 0,72% em 2007. Em relação às Deduções da

Receita Bruta, a empresa teve crescimento nos dois períodos, sendo 162,51% em 2006 e 1,68% em 2007. O Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos em 2006 apresentou um crescimento de 127,11%, sendo este maior do que o crescimento da Receita, ponto fraco da empresa. Em 2007 o Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos decresceram 0,67% acompanhando a queda da receita bruta neste período.

Observando o valor das Despesas/Receitas Operacionais, percebe-se um grande aumento em 2004 com relação a 2005 de 734,78%, causado principalmente pelas despesas com vendas e despesas financeiras. Em 2005 esse percentual caiu 13,33% em relação ao ano anterior. As causas da queda deste percentual devem-se ao aumento das receitas financeiras em 111,47% e a redução em 9,89% das despesas gerais e administrativas.

Em 2005, o Lucro Operacional caiu em 56,83%, visto o grande crescimento das despesas operacionais como citado anteriormente, e diminuição em 103,53% no resultado da equivalência patrimonial, mesmo representando apenas 0,32% da receita líquida. E em 2007, o Lucro Operacional cresceu em 39,34% devido à redução das despesas operacionais.

Nesses moldes, o Lucro do Período em 2005 apresentou um decréscimo de 66,66% em relação a 2007, e um acréscimo em 2005 de 33,82% em relação a 2004.

4.3 ANÁLISE DE ÍNDICES

Figura 11-ÍNDICES

GRUPO	DENOMINAÇÃO	ÍNDICES			
		Fórmulas	2007	2006	2005
F A n â l i s e r a	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,002	0,04	0,002
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,81	0,77	0,75
	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,25	1,24	1,18
	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}}$	1,00	1,01	0,89
E s t r u t u r a l	Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	297,18%	250,49%	321,72%
	Composição das Exigibilidade	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	77,58%	78,19%	71,64%
	Imobilização de Recursos Próprios	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	98,61%	97,79%	136,53%
	Capitalização	$\frac{\text{Capitais Próprios Médio}}{\text{Ativo Médio}}$	26,61%	26,12%	
E A c n â l i s i c a	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	4,85%	2,73%	4,19%
	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$	11,64%	5,66%	
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	43,73%	21,66%	
	Produtividade	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$	0,12	0,06	

Fonte - PESA

4.3.1 Análise Financeira

Liquidez Imediata: No ano de 2005 a empresa tem para cada R\$ 1,00 de dívida exigida a curto prazo, R\$ 0,002 de disponibilidades para quitar esta obrigação. No ano de 2006 este índice sofre um acréscimo de R\$ 0,04 e em 2007 votou a 0,002.

Este índice não é muito relevante, pois mostra o quanto a empresa possui de disponibilidades hoje para quitar obrigações que vencem até 360 dias. Porém comentando sobre a liquidez imediata na empresa Pesa, o índice é ruim, pois nos três anos manteve-se abaixo de 1, isto significa que a empresa aplica muito nas

disponibilidades, e financeiramente isto não é bom, baixo rendimento em aplicações a curto prazo.

Liquidez Seca: Em 2005 para cada R\$1,00 de Passivo Circulante a empresa possui R\$ 0,75 de Ativo a curto prazo, sem utilizar os estoques para saldar a dívida. Este índice cresce em 2006 para R\$0,77 e aumenta para R\$ 0,81 em 2007.

A liquidez seca não é muito boa, pelo fato deste índice estar baixo. Este índice também está mostrando que a empresa aplica muito a curto prazo, pois ela consegue saldar toda sua dívida a curto prazo, realizando o Ativo Circulante e excluindo um dos itens de maior risco de realização, os Estoques.

Liquidez Corrente: A empresa em 2005 possui R\$ 1,18 de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo. Em 2006 aumenta para R\$ 1,24 e aumentou para R\$ 1,25 em 2007.

Este índice mostra uma boa situação financeira da empresa, pela possibilidade de saldar seus compromissos a curto prazo; mostra também que a empresa possui Capital de Giro Líquido, pois seus índices ultrapassam a 1.

Liquidez Geral: Para cada R\$1,00 de dívida total no primeiro ano, a empresa possui R\$0,89 de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para saldar essas dívidas, no segundo ano este índice aumenta para R\$ 1,01 e no terceiro decresce para R\$ 1,00.

Observa-se que em 2005 não tinha condição de saldar suas dívidas mais em 2006 a empresa ultrapassa a R\$1,00 representando que a empresa consegue pagar todos seus compromissos com terceiros, realizando todas suas aplicações, exceto o ativo permanente, dispondo ainda de uma folga. Esta folga é o Capital de Giro Próprio, mais em 2007 volta a cair este índice devido ao empréstimo a curto prazo.

4.3.2 Análise Estrutural

Participação do Capital de Terceiros: Em 2005 a PESA S/A tinha para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, 321,72 %tomado de capitais de terceiros. Em 2006 este percentual diminui para 250,49% e aumenta em 2007 para 297,18%.

Como este índice também representa o grau de endividamento, ele mostra que a empresa diminuiu seu endividamento em relação ao primeiro ano e volta um

leve acréscimo em 2007. Percebe-se portanto que o risco ou dependência de capital de terceiros é muito grande em relação ao capital próprio aplicado.

Composição das Exigibilidades: Da dívida total que a empresa tem, em 2005 71,64% vencem a curto prazo, em 2006 sobe para 78,19% e em 2007 diminui para 77,58%.

Este índice mostra que em média a empresa concentra mais que metade de suas dívidas a curto prazo e metade a longo prazo, não tendo um perfil de dívida predominante.

Imobilização de Recursos Próprios: Para cada R\$ 100,00 de capital próprio a empresa possui 136,53% aplicados no Ativo Permanente. Este percentual cai gradativamente nos anos subseqüentes para 97,79% e 98,61%. Este índice mostra que a empresa está investindo menos em imobilizado nos dois últimos anos.

Capitalização: As aplicações de 2006, em média foram de 26,12% proveniente da média do capital próprio, e em 2007 teve um pequeno aumento passando para 26,61%, mostrando o volume de recursos gerados e que permanecem na empresa financiando suas atividades.

4.3.3 Análise Econômica

Margem Líquida: Para cada R\$ 100,00 vendido, no primeiro ano a empresa obteve lucro de 4,19%, decrescendo no segundo ano para 2,73% e crescendo em 2007 para 4,85%.

Este índice mostra que a empresa teve um bom lucro nos dois últimos anos

Rentabilidade do Ativo: A empresa em 2006 obteve um Lucro Líquido de 5,66% em relação às aplicações médias totais, aumentando em 2007 para 11,64%. Este índice mostra que o lucro está aumentando de um ano para outro.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido: A cada R\$ 100,00 de Capital Próprio Médio investido, a empresa (os acionistas) obteve um lucro de 21,66% em 2006 e de 43,73 em 2007.

A empresa está aumentando sua rentabilidade, porém para dizer se está bom ou não, deve-se comparar tal índice com a taxa de rendimentos alternativos no mercado, afinal de contas o investimento em uma empresa representa risco, pois nada garante sua rentabilidade, que pode até mesmo ser negativa.

Produtividade: este índice mostra o giro de vendas em relação ao que foi investido na empresa, ou seja, a eficiência com que a empresa usa seus ativos para

gerar vendas. A empresa girou em 2005 seu ativo total 0,06 vezes, e 2006, 0,12 vezes.

4.3.4 Análise do Capital de Giro

Figura 12 – CAPITAL DE GIRO

Descrição	Fórmula	2007	2006	2005
1) Capital em Circulação	Capital em Giro = AC + ARLP + AP	216.002	160.921	161.197
2) Capital Circulante	Capital de Giro = AC	157.227	111.207	103.623
3) Capital Circulante Líquido	Capital Circulante Líquido = AC - PC	31.842	21.282	15.530
4) Capital Circulante Próprio	Capital de Giro Próprio = PL - AP	754	1.015	(13.965)
5) Capital Disponível na Empresa	Capital Disponível na Empresa = PC + PELP + PL	216.002	160.921	161.197

Fonte - PESA

Nos três anos a empresa teve folga financeira que financiou o seu giro e que não teve que pagar a curto prazo, ou seja, tem Capital de Giro Líquido; Ativo Circulante maior que o Passivo Circulante em R\$ 15.530 em 2005, R\$ 21.282 em 2006 e R\$ 31.842 em 2007. Também nos três períodos o Capital de Giro Líquido foi sustentado parte pelo capital de terceiros a longo prazo, e parte pelo Capital de Giro Próprio. Observa-se o crescimento do Ativo Circulante Operacional.

Há também nos três anos analisados, o Capital de Giro Próprio, ou seja, o capital próprio investido é maior que as aplicações no Ativo Permanente, sobrando assim recursos próprios para aplicar no Ativo Circulante e Realizável a longo prazo.

Este valor aumentando em relação a 2005 que estava devedor em (13.965) para R\$ 1.015 em 2006, em 2007 voltou a diminuir R\$754. Isso mostra que a empresa, busca muito recurso de terceiro.

4.4 DEMOSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Para SANTOS (2003), a D.V.A é uma ferramenta de análise na qual pode perceber como a riqueza produzida pela organização esta sendo distribuída. Após a elaboração da D.V.A, devidamente conciliada com a DRE, foi extraído os quocientes que permitirão uma análise mais consistente da riqueza criada pela empresa.

A característica fundamental da escolha de indicadores, para análise da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, é poder fornecer uma visão mais ampla dessa demonstração.

Os índices também permitem uma inter-relação entre várias contas das demonstrações contábeis, permitindo uma análise sob vários ângulos.

Matarazzo (1998, p. 153) afirma que, “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Silva (2001, p. 228) completa o significado afirmando que, “os índices financeiros [...] têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras”.

Por meio dos índices são estabelecidas relações entre duas grandezas que facilitam a interpretação de alguns dados.

Segundo Marion (1998, p. 455), “a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa”.

O modelo de DVA, utilizado para o desenvolvimento dos índices propostos neste trabalho, foi elaborado pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FEA/USP.

Figura 13 – DVA PESA

Descrição da Conta	2007	2006	2005
1 – RECEITAS	487.702,00	345.464,00	301.669,00
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	487.549,00	345.298,00	301.419,00
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)			
1.3) Não operacionais	153,00	166,00	250,00
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	376.892,00	302.069,00	259.538,00
2.1) Matérias-primas consumidas			
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	340.892,00	275.069,00	239.538,00
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	36.000,00	27.000,00	20.000,00
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos			
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	110.810,00	43.395,00	42.131,00
4 – RETENÇÕES	35.000,00	27.000,00	20.000,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	35.000,00	27.000,00	20.000,00
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	75.810,00	16.395,00	22.131,00
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.662,00	10.979,00	14.842,00
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	1.246,00	8.489,00	11.187,00
6.2) Receitas financeiras	1.416,00	2.490,00	3.655,00
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	78.472,00	27.374,00	36.973,00
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	78.472,00	27.374,00	36.973,00
8.1) Pessoal e encargos	3.963,00	2.669,00	2.805,00
8.2) Impostos, taxas e contribuições	1.940,00	652,00	2.175,00
8.3) Juros e aluguéis	37.929,00	19.829,00	25.716,00
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	11.314,00	1.913,00	3.090,00
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	23.326,00	2.311,00	3.187,00
	78.472,00	27.374,00	36.973,00

Fonte - PESA

Quadro 1-Participação de Empregados no Valor Adicionado = PEVA 2005

Fórmula	Descrição
$PEVE = VADE / VAT \times 100$ $PEVE = 2805,00 / 36.973,00 \times 100 = 8\%$	VADE = valor adicionado distribuído aos empregados VAT = valor adicionado total a distribuir

Quadro 2-Participação de Governos no Valor Adicionado = PGVA

Fórmula	Descrição
$PGVA = VADG / VAT \times 100$ $PGVA = 2175,00 / 36.973,00 \times 100 = 6\%$	VAGE = valor adicionado aos governos VAT = valor adicionado total a distribuir

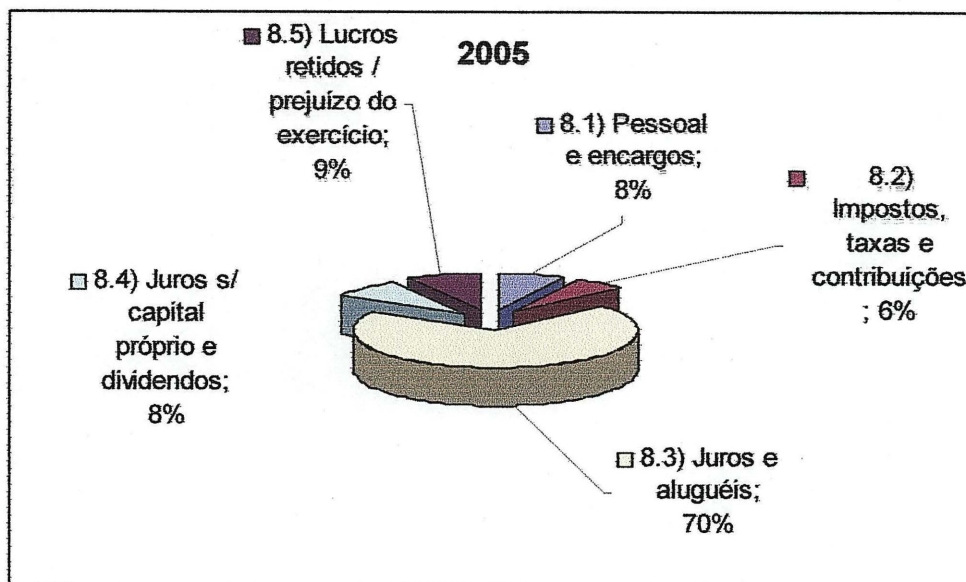
Quadro 3- Participação de Terceiros no Valor Adicionado = PTVA

Fórmula	Descrição
$PTVA = VAT / VAT \times 100$ $PTVA = 25.716,00 / 36.973,00 \times 100 = 70\%$	VADT = valor adicionado distribuído a terceiros VAT = valor adicionado total a distribuir

Quadro 4- Participação de Acionistas no Valor Adicionado = PAVA

Fórmula	Descrição
$PAVA = VADA / VAT \times 100$ $PAVA = 3090,00 / 36.973,00 \times 100 = 8\%$	VADA = valor adicionado distribuído aos acionistas VAT = valor adicionado total a distribuir

GRAFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 2005



No ano de 2005 o valor adicionado foi de 6% para impostos e taxas e contribuições, 8% para pessoal e encargos, 8% para juros e dividendos, 9% lucros retidos e prejuízo do exercício, e 70% juros e alugues.

Quadro 5- Participação de Empregados no Valor Adicionado = PEVA 2006

Fórmula	Descrição
PEVE= VADE/VAT X 100	VADE = valor adicionado distribuído aos empregados
PEVE= 2669,00/27374,00*100= 10%	VAT = valor adicionado total a distribuir

Quadro 6- Participação de Governos no Valor Adicionado = PGVA

Fórmula	Descrição
PGVA = VADG/VAT X 100	VAGE = valor adicionado aos governos
PGVA = 65200/27374,00*100= 2%	VAT = valor adicionado total a distribuir

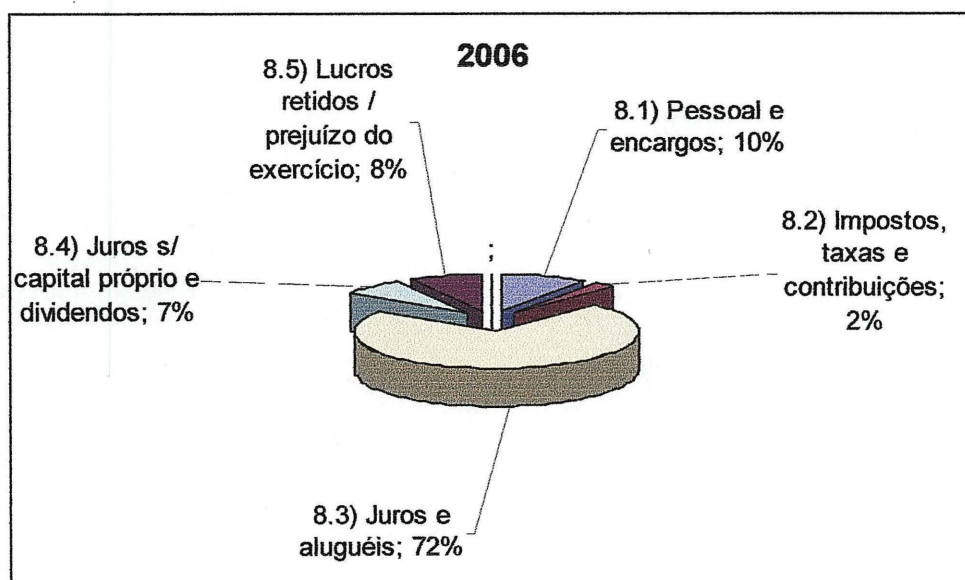
Quadro 7- Participação de Terceiros no Valor Adicionado = PTVA

Fórmula	Descrição
$PTVA = VAT/VAT \times 100$ $PTVA = 652,00 / 27374,00 \times 100 = 2\%$	VADT = valor adicionado distribuído a terceiros VAT = valor adicionado total a distribuir

Quadro 8- Participação de Acionistas no Valor Adicionado = PAVA

Fórmula	Descrição
$PAVA = VADA/VAT \times 100$ $PAVA = 19.829,00 / 27374,00 \times 100 = 72\%$	VADA = valor adicionado distribuído aos acionistas VAT = valor adicionado total a distribuir

GRAFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 2006



No ano de 2006, a distribuição do valor adicionado foi de 2% impostos e taxas e contribuições, 7% de juros sobre o capital próprio e dividendos, 10% para funcionários, 72% juros e alugueis.

Quadro 8- Participação de Empregados no Valor Adicionado = PEVA 2007

Fórmula	Descrição
$PEVE = VADE / VAT \times 100$ $PEVE = 3693,00 / 78472,00 \times 100 = 5\%$	VADE = valor adicionado distribuído aos empregados VAT = valor adicionado total a distribuir

Quadro 9- Participação de Governos no Valor Adicionado = PGVA

Fórmula	Descrição
$PGVA = VADG / VAT \times 100$ $PGVA = 1940,00 / 78472,00 \times 100 = 2\%$	VAGE = valor adicionado aos governos VAT = valor adicionado total a distribuir

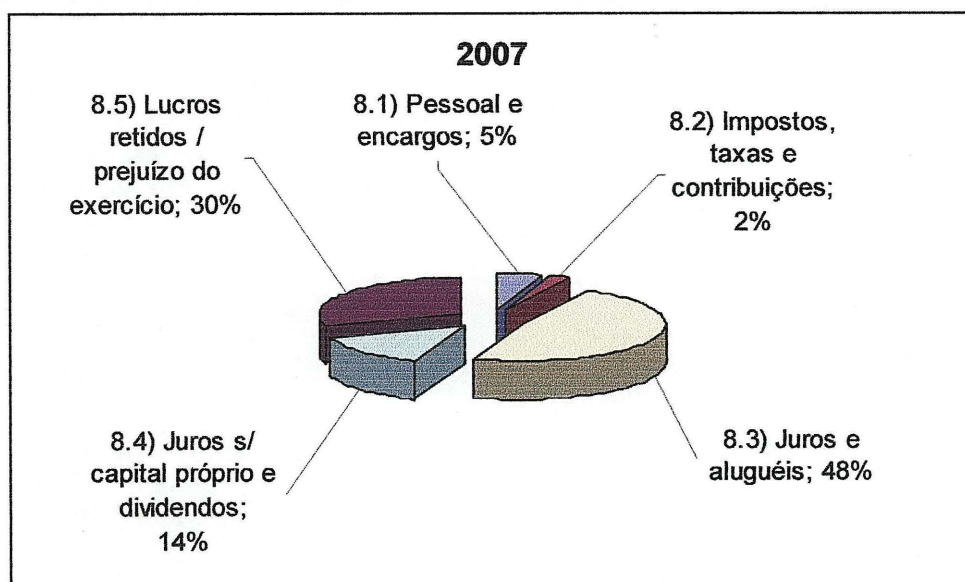
Quadro 10- Participação de Terceiros no Valor Adicionado = PTVA

Fórmula	Descrição
$PTVA = VAT / VAT \times 100$ $PTVA = 37929,00 / 78472,00 \times 100 = 48\%$	VADT = valor adicionado distribuído a terceiros VAT = valor adicionado total a distribuir

Quadro 11- Participação de Acionistas no Valor Adicionado = PAVA

Fórmula	Descrição
$\text{PAVA} = \text{VADA} / \text{VAT} \times 100$	VADA = valor adicionado distribuído aos acionistas
$\text{PAVA} = 11314,00 / 78472,00 \times 100 = 14\%$	VAT = valor adicionado total a distribuir

GRAFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 2007



No ano de 2007 a distribuição do valor adicionado foi 2% para governos 5% para os empregados, 48% para financiamentos, 14% para dividendos e 30% lucro retidos.

Por meio desses indicadores citados acima os usuários da DVA, como empregados, governos, terceiros (instituições financeiras e fornecedores) e acionistas podem verificar o percentual de suas participações no total do valor adicionado a distribuir pelas empresas.

Analisando os três anos observa-se que quem o mais se beneficiou com a distribuição do valor adicionado da PESA foi os financiadores que em 2005 76% e 2006 72% e 2007 48%, uma boa diminuição, isso mostra que a empresa tem potencial para investir mais para os sócios e funcionários.

4.4.1-ANÁLISE DE ÍNDICE DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Figura 14 – ANÁLISE DE ÍNDICES - DVA PESA

GRUPO	DENOMINAÇÃO	Fórmulas	ÍNDICES		
			2007	2006	2005
GRVA	Grau de Retenção	$\frac{\text{Lucro Retido}}{\text{Valor adicionado}}$	29,73	0,08	0,09
GCPR	Grau de Capacidade de produzir Riqueza	$\frac{\text{VALPE}}{\text{VAT}}$	0,97	0,60	0,41
GRRT	Grau de Riqueza Recebida em Transferência	$\frac{\text{VART}}{\text{VAT}}$	3%	40%	59%
GCFROE	Grau de Contribuição na Form.de Riqueza de outra entidade	$\frac{\text{IAT} + \text{RT}}{\text{RC}}$	84%	95%	93%
GPERG	Grau de participação de empregados na Riqueza Gerada	$\frac{\text{VALPPE}}{\text{QE}}$	86	23	20
GCAGR	Grau de contuibuição dos ativos na Geração de Riqueza	$\frac{\text{VAT}}{\text{AT}}$	36,33%	16,43%	21,73%
GCPLGR	Grau de Contribuição do Patrimonio Líquido na Geração de Riqueza	$\frac{\text{VAT}}{\text{PL}}$	144,29%	57,60%	91,65%

Grau de Retenção do Valor Adicionado = GRVA Este índice indica qual o percentual de retenção do valor adicionado sob a forma de lucros retidos. Poderá, também, indicar qual o percentual de riqueza gerada será agregado ao capital próprio. Percebe-se por meio desse índice que, em 2007 a PESA aumentou a retenção do valor adicionado sob a forma de lucros retidos, ou seja, agregou mais riqueza ao seu capital próprio neste ano.

Grau de Capacidade de Produzir Riqueza = GCPR este índice indica a real capacidade da entidade em produzir riqueza. Os índices indicam que a empresa, por si só, possui uma grande capacidade de produzir riqueza. Observa-se que essa capacidade aumentou no ano de 2007 em relação aos dois últimos anos. Este índice indica qual o percentual de riqueza recebida em transferência pela entidade.

Grau de Riqueza Recebida em Transferência = GRRT do total do valor adicionado a distribuir pela empresa, em 2007, 3% foram valores recebidos em transferência (provenientes de participações em investimentos relevantes e receitas financeiras) e adicionados à riqueza líquida produzida pela mesma. Nos anos anteriores 2006 e 2005 este percentual era de 40% e 59% respectivamente, observa-se que o percentual foi maior a empresa está recebendo menos transferências de terceiros.

Grau de Contribuição na Formação de Riqueza de Outras Entidades = GCFROE Este índice indica qual o percentual de contribuição de uma entidade na formação de riqueza de outras entidades, ou seja, indicará quanto da riqueza gerada pela entidade está sendo transferida para outras entidades. A PESA transferiu, nos anos analisados, em média, 95% de sua riqueza a outras instituições, contribuindo de alguma forma na formação de riqueza dessas entidades.

Os índices apresentados, a seguir, demonstram uma inter-relação da DVA com outros demonstrativos contábeis.

Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada = GPERG Este índice indica qual a contribuição per capita dos empregados de uma entidade na riqueza por ela gerada. É possível verificar a contribuição per capita dos empregados na geração da riqueza em 2005 foi de 20% em 2006 de uma entidade.

Grau de Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza = GCAGR Este índice indica qual o percentual de contribuição dos ativos na geração de riqueza de uma entidade. Percebe-se que as aplicações feitas, em 2007 e 2006 e 2005, no ativo da empresa, contribuíram em 36,33%, 16,43% e 21,73%, respectivamente, na geração de riqueza da PESA. O aumento do GCAGR, em 2007, demonstra que a empresa melhorou a forma de utilização de seus ativos na produção de riqueza.

Este índice evidencia o quanto a empresa obteve de valor adicionado total em relação ao seu ativo. É uma medida do potencial que a empresa tem em gerar riqueza.

Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza = GCPLGR

Este índice indica qual o potencial do capital próprio para geração de riqueza de uma entidade. Para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, a empresa conseguiu gerar R\$ 91,65 de riqueza no ano de 2005, R\$57,60 em 2006 e 2007, para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, a empresa conseguiu gerar R\$ 144,29 de riqueza.

O índice GCPLGR mostra quanto à empresa obteve de valor adicionado total em relação ao capital próprio investido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como Objetivo a implantar o Demonstrativo do Valor Adicionado de uma empresa familiar de grande porte, este objetivo foi concluído com sucesso, verificando-se, assim, que através da D.V.A é possível conhecer o que a empresa criou de riqueza e como a distribuiu aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la. Além de atender um maior número de usuários, amplia o universo atingido pela contabilidade e tem uma grande vantagem de ser facilmente lida e interpretada.

A partir do próximo ano entrará em vigor a Lei 11.638 que torna obrigatório, às empresas S/A e de grande porte publicar Demonstração do Valor Adicionado e as relações criadas entre as contas da Demonstração do Valor Adicionado e do Balanço Patrimonial buscarem evidenciar os aspectos mais relevantes da DVA, facilitando a análise e a interpretação das informações nela contidas.

Para demonstrar a utilidade dos indicadores sugeridos, foram apresentados exemplos que utilizaram dados extraídos dos demonstrativos da empresa PESA S/A – e que permitiram evidenciar informações relevantes contidas na Demonstração do Valor Adicionado dessa empresa.

O propósito dos indicadores, relacionados à DVA, é complementar os já existentes na análise tradicional das demonstrações contábeis. Conhecendo esses indicadores, pode-se então, avaliar as informações contidas nas demonstrações, compará-los com índices-padrão e/ou compará-los ao longo de vários anos, de acordo com a necessidade dos usuários.

Outras relações poderão ser estabelecidas e sugeridas para facilitar a evidenciação das informações contidas na Demonstração do Valor Adicionado, uma vez que o propósito desta pesquisa é a elaboração da D.V.A.

ANEXO 1- LEI Nº11.638 DEZEMBRO 2007

LEI Nº 11.638, DE 28 DEZEMBRO DE 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176.....

.....

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

.....

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (NR)

“Art. 177.....

.....

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

.....

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.” (NR)

“Art. 178.....

§ 1º

.....
 c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º

.....
 d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

.....” (NR)

“Art. 179.....

.....
 IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

.....” (NR)

“(VETADO)

Art. 181. (VETADO)”

“Patrimônio Líquido

Art. 182.....

§ 1º

.....
 c) (revogada);

d) (revogada).

.....
 § 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5º do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

.....” (NR)

“Critérios de Avaliação do Ativo

Art. 183.....

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

.....

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

§ 1º.....

.....

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

- 1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;
- 2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou
- 3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido será registrada periodicamente nas contas de:

.....

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

- I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou
- II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

.....” (NR)

“Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184.....

.....

III – as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.” (NR)

“Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187.....

.....
VI – as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

.....
 § 2º (Revogado).” (NR)

“Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

.....” (NR)

“Reserva de Lucros a Realizar

Art. 197......

§ 1º

.....
II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

.....” (NR)

“Limite do Saldo das Reservas de Lucro

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.” (NR)

“Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão

Art. 226......

.....
 § 3º Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.” (NR)

“Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte

por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 195-A:

“Reserva de Incentivos Fiscais

Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).”

Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Art. 4º As normas de que tratam os incisos I, II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, poderão ser especificadas por categorias de companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários em função do seu porte e das espécies e classes dos valores mobiliários por eles emitidos e negociados no mercado.

Art. 5º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.”

Art. 6º Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

Art. 7º As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderão ser divulgadas, no primeiro ano de vigência desta Lei, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Art. 8º Os textos consolidados das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com todas as alterações nelas introduzidas pela legislação posterior, inclusive esta Lei, serão publicados no Diário Oficial da União pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as alíneas c e d do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Arno Hugo Augustin Filho

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo. Atlas, 1998

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuarias e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável às demais sociedades. 6ª edição, São Paulo. Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços:** abordagem básica in NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras.** 11ª edição, São Paulo. Frase Editora, 2002.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balço Social:** Teoria e prática. São Paulo. Editora Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduarde e COSENZA, José Paulo. **Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social.** Teoria e prática. São Paulo. Editora Atlas, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. SP. Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998 – Manual de contabilidade.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** 9. ed. São Paulo: Frase, 1999.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 5. ed. São Paulo: Atlas,

EMPRESARIAL, **Lei 11638 2007**, Acessado em 01 de março de 2008. Disponível no site: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei11638_2007.htm

IBAGE, **Balço Social**, Acessado em 01 de março de 2008. Disponível no site: [2008.http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm)